

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “NÓS PROPOMOS NO TOCANTINS EM 2017”: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO CIDADÃ PARA O PROTAGONISMO DOS JOVENS NA VIDA COMUNITÁRIA E POLÍTICA

EXPERIENCE REPORT OF THE PROJECT “WE PROPOSED IN TOCANTINS IN 2017”: CITIZEN EDUCATION PROPOSAL FOR THE YOUTH PROTAGONISM IN COMMUNITY AND POLITICAL LIFE

Maria da Vitoria Costa e Silva 1
Tatiana de Oliveira Sousa 2

Resumo: Este artigo trata de um relato de experiência visando apresentar as atividades desenvolvidas em 2017 pelo projeto Nós Propomos no Tocantins, como proposta de educação cidadã para o protagonismo dos jovens na vida comunitária e política no município de Palmas, Tocantins. A metodologia, com abordagem quantitativa e qualitativa, ancorou-se na pesquisa-ação, que analisou a implementação dessa ferramenta no âmbito de seis escolas públicas deste município. Os resultados indicaram que a inserção dessa plataforma no âmbito das escolas públicas de ensino médio via transversal otimiza a educação cidadã por despertar nos jovens a participação na vida comunitária e política, de forma a pensar e colaborar no planejamento local, por uma cidade mais acolhedora, humanizada e sustentável. Conclui-se que as parcerias intersetoriais, especialmente entre gestores públicos, universidades, escolas públicas e sociedade, podem contribuir para o acesso de todos ao direito à cidade, ao bem-estar social e ao desenvolvimento urbano sustentável.

Palavras-chave: Cidadania. Espaços Urbanos Sustentáveis. Extensão Universitária. Participação Política de Jovens.

Abstract: This paper reports about an experience, aiming to present the activities developed in the project “Nós Propomos in Tocantins, 2017”; for young citizen education as protagonists of the community and political life in the Palmas City, Tocantins State, Brazil. The methodology of a quantitative and qualitative approach was based on the action research, analyzing the implementation of this tool within six public high schools in the city in question. Results showed that the introduction of this platform in public high school context via transversal optimizes citizen education by awakening young people to participate in the community and political life, in a fashion to think and collaborate to local planning for a more welcoming community humanized, and sustainable. The conclusion was that intersectoral partnerships, especially among public managers, universities, public schools, and society can contribute to everyone’s access to the rights to the city, social welfare, and sustainable urban development.

Keywords: Citizenship. Political Participation of Young People. Sustainable Urban Spaces. University Extension.

Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT). 1
Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/10364483133337673351>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1753-3351>. E-mail: costavitoria@uft.edu.br

Mestra em Desenvolvimento Regional (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3075215999884189>. OCIRD: <https://orcid.org/0000-0003-3005-3544>. 2
E-mail: tatianaoliveirasousa@gmail.com

Introdução

Apresentamos o relato de experiência do projeto Nós Propomos no Estado do Tocantins em 2017, como proposta de educação cidadã para o protagonismo dos jovens na vida comunitária e política no município de Palmas, Tocantins, considerando a prática de extensão em educação participativa e inclusiva realizada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes (SEDUC) do Tocantins.

As atividades envolveram professores e acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins, servidores da SEDUC, professores e alunos de seis Escolas Públicas de ensino médio de Palmas, Capital tocaninense, e voluntários de projetos da UFT.

Assim, ciente da importância da educação como um processo fomentador do conhecimento que tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento de um estado democrático de direito mais justo, inclusivo e solidário, a hipótese que pretendemos ver confirmada ao final deste relato repousa na seguinte afirmação: o projeto Nós Propomos constitui-se em plataforma hábil à educação por possibilitar a consecução à cidadania, o despertar dos jovens para a participação da vida política comunitária e para a efetivação do direito às cidades sustentáveis.

Metodologia

O caminho metodológico a ancorar o presente estudo tomou por base a pesquisa-ação por se tratar de uma forma de investigação que incentiva a autorreflexão coletiva dos participantes das pesquisas científicas e oportuniza a projeção de melhorias para as ações educacionais até então realizadas. Para David Tripp (2005, p. 445), “[a] pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”.

Com isso, em razão da pesquisa-ação envolver trocas de saberes entre professores, alunos, comunidade, universidades e demais instituições públicas, reforçando o autoconhecimento dos partícipes envolvidos numa pesquisa, essa via metodológica tornou-se fundamental ao presente estudo.

Contato das autoras com o projeto “nós propomos”

O nosso primeiro contato com esse projeto ocorreu em 2017 por intermédio da disciplina (optativa) Política e Planejamento Urbano, ministrada pelo professor João Aparecido Bazolli (Coordenador, à época, do Nós Propomos na UFT e no Tocantins) para as turmas do Mestrado e do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

Essa disciplina permitiu que os mestrandos e doutorandos pudessem conhecer o projeto Nós Propomos e suas atividades desenvolvidas em 2016 nas escolas de ensino médio das cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi, com a intenção de também atuar junto às escolas como colaboradores nas ações do projeto no ano de 2017.

No Tocantins, esse trabalho de extensão foi originado via parcerias estabelecidas entre a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC/TO), o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade Lisboa – Portugal (IGOT/UL/PT) e a Universidade Federal do Tocantins. Essas parcerias ocorreram em 2015/2016 para implantação e execução no Estado do Tocantins do projeto Nós Propomos, criado em Portugal pelo IGOT-UL nos anos de 2011 e 2012 (BAZOLLI, *et al.* 2017, p. 13-14).

Para o professor Sérgio Claudino, idealizador do Nós Propomos em Portugal, essa ferramenta surgiu para “estimular as escolas a realizar o estudo de caso, dirigindo-o para a identificação de problemas socioambientais locais e para apresentação de propostas de resolução, tendo presente uma visão global desses problemas” (BAZOLLI, *et al.*, 2017, p.104).

A parceira entre a SEDUC-TO e a UFT possibilitou a execução de uma agenda de ações em 2016, o que permitiu visitas às escolas para apresentar o conteúdo e o modus operandi do projeto, com sensibilização de professores e alunos sobre a importância de sua implantação no ensino médio visando a possibilitar uma formatação mais adequada que atendessem às deman-

das da estrutura curricular, principalmente com o intuito de envolver os agentes educacionais nas discussões e na compreensão da educação ao direito à cidade e no despertar da juventude para a construção de espaços urbanos mais salutarres ao bem-estar de todos (BAZOLLI *et al.*, 2017, p.15).

O diálogo entre professor e acadêmicos possibilitou aprofundar saberes do grupo sobre a importância das políticas públicas, do planejamento urbano e da inserção da participação democrática na gestão das cidades bem como alicerçar as bases do conhecimento crítico proativo que, nessa linha de construção epistemológica, tem a extensão universitária como um campo fecundo e “espaço do compartilhamento da ecologia de saberes”, que corresponde a um canal facilitador para a constituição de sujeitos individuais e coletivos que combinam a maior sobriedade na análise dos fatos com a intensificação da vontade da luta contra a opressão e a possibilidade da convivência harmoniosa em espaços urbanos mais saudáveis à vida em comunidade (SANTOS, 2006, p. 164).

Com isso, o caminho racional para a melhoria dos problemas locais perpassa pelo conhecimento que incentive processos autônomos dos atores sociais, principalmente dos grupos excluídos da atenção do Estado. Isto ocorre pelo estímulo à coletividade e à participação democrática no destino da gestão pública das cidades (SANTOS, 2006, p. 164).

No âmbito da UFT, foram promovidos palestras e debates com alunos dos cursos de graduação em direito, arquitetura e urbanismo, expandindo os diálogos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT.

Tudo isso oportunizou a adesão de alguns graduandos e pós-graduandos ao projeto, a exemplo das autoras, que colaboram desde 2017 com as ações do projeto Nós Propomos.

Resultados e discussões

A pesquisa-ação possibilitou verificar que, após as oficinas e eventos realizados sobre o funcionamento do projeto, os alunos do ensino médio, sob a orientação de professores, partem para o trabalho de campo e estreitam os laços com a comunidade onde moram, tomam conhecimento dos problemas sociais, culturais e da realidade econômica da sua região. Por consequência, passam a se inserir e reconstruir a consciência de “pertencimento”, ou seja, sentem-se parte desse processo de mudança e começam a verificar que podem, por meio da educação e do trabalho coletivo, encontrar possíveis soluções para a melhoria da qualidade dos serviços públicos locais, atuando como protagonistas de sua história.

O aluno pesquisador, no estabelecimento destes laços comunitários, por integrar-se como parte da comunidade, passa a olhar cada membro da comunidade desprovido de preconceitos, reconhecendo-o como parte de um todo coletivo, dando importância aos saberes locais, independentemente dos níveis de escolaridade. Descobre que cada sujeito tem uma história de vida que deve ser respeitada, mesmo que pareça anônima ao olhar das inúmeras informações produzidas na modernidade, porém, em regra, constata que a comunidade tem rico saber e reconhece que essas diferenças culturais podem contribuir e auxiliar nos novos formatos da vida em comunidade.

Esse contato do aluno pesquisador com a população local auxilia a elaboração de diagnósticos e o mapeamento dos pontos nevrálgicos e primordiais da comunidade a serem trabalhados e estudados nas rodas de palestras, reuniões de trabalho e seminários, que são realizados nas próprias escolas ou na universidade e/ou pela coordenação e equipe técnica do projeto. Estas atividades têm a finalidade de tirar dúvidas e otimizar as pesquisas realizadas pelos grupos de trabalho das escolas secundárias.

Por fim, nessa ocasião, cada equipe de trabalho conhece e seleciona o acervo de livros, revistas e documentos normativos que podem contribuir na elaboração dos pré-projetos (propostas), o que potencializa o encaminhamento de possíveis soluções para os problemas sociais diagnosticados no espaço urbano de suas comunidades.

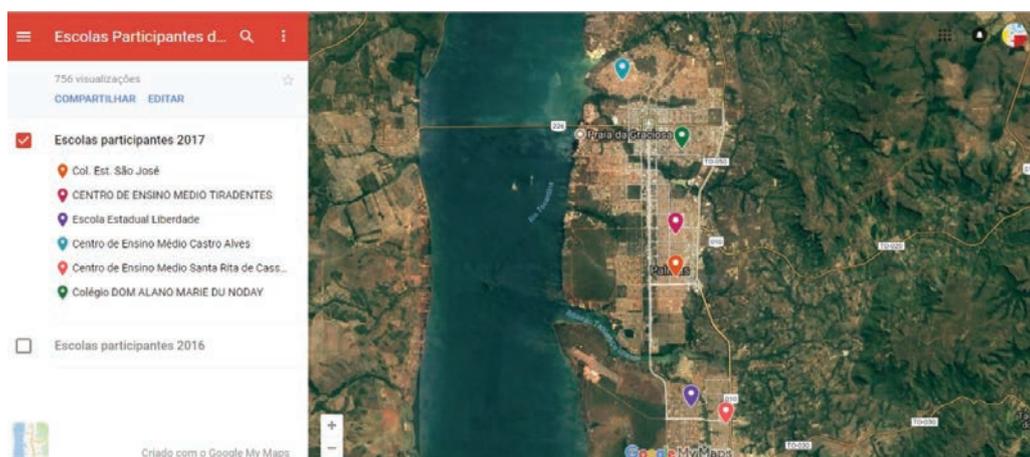
Uma observação primordial que merece ser evidenciada é que, após a elaboração dos pré-projetos, as equipes trilham uma linha estratégica de publicização dos trabalhos desenvolvidos nas escolas e levam os pré-projetos ao conhecimento da sociedade pela participação em eventos acadêmicos e feiras de negócios que ocorrem no município de Palmas.

Ao final dessas ações, apresentam o trabalho no Seminário Estadual do Nós Propomos, onde estão presentes alunos, professores, autoridades dos poderes executivo e legislativo, membros das comunidades, pesquisadores nacionais e internacionais, entre outros.

Esses espaços ampliados de debate, além de oportunizar a exposição dos projetos para a melhoria dos serviços urbanos do município, proporcionam o engajamento das equipes e sua interlocução com a sociedade e com os gestores públicos.

Em 2017, seis escolas do ensino médio de Palmas - TO fizeram exposição de projetos no II Seminário do Nós Propomos, apontando solução para os serviços locais, a saber: Colégio Estadual Dom Alano, Cem Tiradentes, Colégio Estadual São José, Cem Santa Rita, Escola Estadual Liberdade e Cem Castro Alves (Figura 1).

Figura 1 - Mapa das escolas integrantes do projeto “Nós propomos” em Palmas.



Fonte: Bazolli, Silva e Souza (2020).

Ao todo foram expostos nove projetos, com apontamentos para a melhoria dos serviços públicos da cidade de Palmas relacionados à infraestrutura, mobilidade, segurança pública, inclusão digital, espaço público e ao meio ambiente (Quadro 1).

Em 2017, participaram diretamente do projeto 45 alunos em Palmas, com repercussão interna nas escolas participantes, tendo atingido indiretamente mais de 500 alunos.

Quadro 1 Temas dos trabalhos apresentados no II Seminário “Nós propomos” (2017).

TEMA	IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
1. Hidrata Palmas	Colégio Estadual Dom Alano
2. Sinalização horizontal e vertical da quadra 806 sul	CEM Tiradentes
3. Pavimentação e iluminação pública da viela da quadra 806 sul	CEM Tiradentes
4. Limitações aos direitos de mobilidade urbana da pessoa com deficiência	CEM Tiradentes
5. Acessibilidade aos arredores do Colégio São José	Colégio Estadual São José
6. Casa de passagem viver com alegria	CEM Santa Rita

7. Segurança pública comunitária	Escola Estadual Liberdade
8. Inclusão digital e profissional	Escola Estadual Liberdade
9. Praça da juventude, mais lazer e cultura, mais vida	CEM Castro Alves

Fonte: Bazolli, Silva e Souza (2020).

Neste estudo foram acompanhadas todas as atividades do projeto realizadas pelos alunos, incluindo visitas comunitárias, encontros técnicos, palestras, reuniões de trabalho e outros eventos. Os alunos secundaristas apresentaram seus trabalhos constituídos de propostas de soluções de problemas urbanos em duas oportunidades: a primeira, em setembro, para qualificar e coletar novas sugestões sobre o desenvolvimento do trabalho; a segunda, em novembro, para avaliação final (Figura 2).

Figura 2 Seminário Estadual realizado no dia 13 de novembro de 2017.



Fonte: Bazolli, Silva e Souza (2020).

Os trabalhos apresentados foram avaliados por *experts* e estabelecidos dez critérios para análise e atribuições de notas numa escala de 0 a 10 pontos (Quadro 2).

Quadro 2 Tabela de critérios de avaliação.

N.	CRITÉRIOS
1	O trabalho está plenamente adequado ao tema proposto (referindo-se ao conteúdo apresentado – deverá estar vinculado às questões urbanas). 0-10 pontos
2	A proposta é criativa (mostra a capacidade de produzir efeitos e transformar o ambiente segundo as necessidades comunitárias). 0-10 pontos

3	A proposta é inovadora (demonstra mudança de processo no tratamento das questões urbanas e reflete pequenas melhorias e avanços nos benefícios proporcionados para a comunidade). 0-10 pontos
---	---

(Continua...)

Quadro 3 Tabela de critérios de avaliação.

(Conclusão)

N.	CRITÉRIOS
4	A proposta é viável (análise subjetiva - Política, Social, Operacional – se a proposta pode ser exequível, alcançar os resultados esperados e ter êxito na sua aplicação). 0-10 pontos
5	Grau de impacto da proposta na comunidade (análise subjetiva – melhoria substantiva – se a proposta poderá representar mudança substancial na melhoria da qualidade de vida na comunidade). 0-10 pontos
6	Participação social (a proposta mostra que a comunidade estará envolvida na formulação, implantação e acompanhamento). 0-10 pontos
7	A proposta é consistente (análise subjetiva se a proposta delimita claramente o objeto de estudo, tem lógica, é razoável, apresenta crítica razoável). 0-10 pontos
8	O grupo apresentou o trabalho com clareza na linguagem oral. 0-10 pontos
9	O conteúdo do trabalho (slides) foi apresentado com redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes. 0-10 pontos
10	Segurança na defesa da ideia (o grupo foi seguro na apresentação, defendeu a proposta de maneira veemente, acredita na concretização e operacionalização, o problema identificado pelo grupo está sendo atendido pela proposta de resolução). 0-10 pontos

Fonte: Bazolli, Silva e Souza (2020).

Nesse sentido, foram convidadas 24 pessoas ligadas ao tema “urbano”, exercendo atividades acadêmicas, comunitárias, empresariais; outras pessoas atuando em movimentos sociais, instituições profissionais, como profissionais autônomos e profissionais da educação, para avaliar os trabalhos apresentados. Em análise, a percepção dos avaliadores, considerando as duas apresentações mencionadas anteriormente, obteve entre os itens do Quadro 2 incidências significativas, classificadas pelas maiores notas, os critérios 5, 6 e 10 (Tabela).

Tabela 1 Critérios de avaliação.

N.	CRITÉRIOS	NOTAS
5	Grau de impacto da proposta na comunidade (análise subjetiva – melhoria substantiva – se a proposta poderá representar mudança substancial na melhoria da qualidade de vida na comunidade)	9,29
6	Participação social (a proposta mostra que a comunidade estará envolvida na formulação, implantação e acompanhamento)	8,71

10	Segurança na defesa da ideia (o grupo foi seguro na apresentação, defendeu a proposta de maneira veemente, acredita na concretização e operacionalização, o problema identificado pelo grupo está sendo atendido pela proposta de resolução)	9,00
----	--	------

Fonte: Bazolli, Silva e Souza (2020).

Como resultado, destacamos que a análise proposta pela observação das notas aplicadas pelos avaliadores na escala de 0 a 10 pontos, atribuídos aos critérios mostrados na Tabela acima, evidencia que o projeto Nós Propomos atingiu seu objetivo de compreender a extensão universitária como meio de instigar estudantes do ensino médio à participação social.

No mesmo sentido, da análise dos projetos expostos no evento e levando em consideração as notas dos avaliadores constantes da Tabela, mostramos que os alunos procuraram dialogar com a comunidade local, demonstraram compreensão acerca da participação social e acreditaram na operacionalização das soluções de problemas por eles sugeridas.

Assim, com base nos dez critérios mostrados no Quadro 2 foi possível deduzir que houve impacto significativo do projeto Nós propomos sobre a comunidade local (a nota atribuída ao critério foi de 9, 29). Percebemos também o despertar da participação social durante as atividades propostas pelo projeto (a nota atribuída ao critério foi de 8,71 pontos) e a evolução do aprendizado dos alunos ao defender seus trabalhos com conhecimento e segurança, conforme demonstrado na nota 9 atribuída pelos avaliadores (Tabela 1).

Importante salientar a considerável avaliação em escala de pontuação pela criatividade, inovação e viabilidade das propostas formuladas pelos grupos participantes do projeto, fator que permitiu entender como o projeto se constitui, efetivamente, em modelo alternativo adequado de inserção dos jovens nos debates sobre a gestão democrática da cidade.

Com fundamento na vertente interdisciplinar, a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato (2013, p 186), ao estudar os problemas urbanos nas favelas das grandes cidades brasileiras, destaca que “[o] desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia”, mas “[o] conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação”. Daí, ser importante a concretização de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da “cidade oculta”.

A implementação do projeto Nós Propomos nas escolas públicas do Tocantins leva os alunos a conhecer a comunidade onde vivem. Isso favorece o cuidado, o respeito para com o próximo e estimula a participação na vida coletiva, especialmente permitindo que esses jovens sejam sujeitos de sua história e passem a auxiliar na gestão pública do seu município.

Santos (2019), defende a tese da Epistemologia do Sul que consiste na produção e na validação de conhecimentos plurais ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da exclusão de direitos e injustiçados, oprimidos, cuja força de trabalho tem sido usada constantemente pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, num ciclo contínuo de desconstitucionalização de direitos e oportunidades.

Portanto, a Epistemologia do Sul tem o objetivo de permitir que esses grupos sociais oprimidos resistam e representem o mundo como seu e nos próprios termos, pois somente com a sua participação coletiva serão capazes de se transformar de acordo com as suas próprias aspirações e necessidades (Santos, 2019).

Ao defender a tese da Epistemologia do Sul, Santos também esclarece que é preciso resgatar o que ele chama de sociologia das ausências, ou seja, “transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes como condição imprescindível para identificar e validar conhecimentos que podem contribuir para reinventar a emancipação e a libertação sociais” (Santos, 2019, p.19).

Em complemento a essa afirmação, esse autor leciona que tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva. Aquela tende a dispensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir, enquanto a dimensão reconstrutiva é constituída pela “ideia de multiplicidade e de relações não destrutivas e, entre os agentes que a compõem, é dada pelo conceito de ecologia:

ecologia de saberes, ecologia de temporalidades, ecologia de reconhecimentos e ecologia de produções e distribuições sociais” (SANTOS, 2002, p. 254).

Nesse aspecto, as atividades do Nós Propomos no Tocantins apresentam peculiaridades similares à teorização defendida pelo sociólogo português por serem constituídas por múltiplas ideias, levando em consideração a ecologia de saberes científicos e comunitários, com observância do contexto vivido pelos partícipes do projeto, que são livres para dialogar e escolher a melhor proposta para a solução dos problemas urbanos locais, de forma que estes problemas sejam mais humanizados e sustentáveis.

Segundo Morin (2001, p.47-61), o século XXI recomenda mudanças no cenário educacional, ou seja, a educação terá necessidade de se reinventar pensando no homem do futuro (universal, globalizado e hiperativo), ser capaz de modificar o processo de ensino-aprendizagem e ter enfoque no ensino da condição humana, movido pela razão, afetividade e emoção. A formação dos jovens estudantes deve perpassar pelo conhecimento teórico e prático, e que esse percurso ocorra por meio das experiências vividas na comunidade, experimentando as mudanças e projetando sugestões de melhorias aos serviços públicos locais. É neste contexto que o “cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação à sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional” (MORIN, 2003, p.63).

Tornar-se sujeito de direitos implica também o respeito aos saberes e fazeres, pela incorporação das experiências vividas em tempos e espaços diferentes, sendo possível pensar na concretização dos princípios da solidariedade e da responsabilidade, da pluralidade e da participação democrática (Morin, 2011).

Por fim, nas de lições de Jussara Sanches e Miguel Araújo Júnior (2017, p.4), “[o] direito à cidade é o direito de transformar a cidade de acordo com as necessidades de todos, não de alguns grupos específicos”.

Para Lefebvre (2001 apud Sanches, 2017), o direito à cidade é o direito à vida urbana sustentável na condição de local de encontros e de trocas, que, aliado às oportunidades de empregos e renda, permite o uso pleno e completo desses momentos e locais.

Nesse sentido, destaca-se a importância de estimular novas plataformas educacionais para a consecução da cidadania, favorecendo principalmente o conhecimento projetado pela *práxis* e pela atuação da participação democrática de jovens estudantes das escolas públicas, de forma a motivá-los à participação política e ao direito a cidades sustentáveis.

Considerações Finais

Ao examinar a experiência do projeto Nós Propomos no Tocantins, desenvolvida em 2017, constatamos que a luta por espaços dignos à vida em comunidade não pode ser concretizada sem a escuta e a colaboração da população, especialmente dos jovens estudantes das escolas públicas.

Destacamos também a importância da extensão universitária como fomentadora da formação dialógica que favorece os sujeitos a fazer parte da história local de suas comunidades, principalmente os jovens alunos das escolas de ensino médio do Tocantins.

Essa ação acadêmica se revela proativa, humanizadora e inclusiva, pois desperta a juventude para a descoberta de novos modelos alternativos e adequados de convivência social, participação política e democrática, preparando-a para atuar como protagonista da história de sua comunidade diante dos desafios dos tempos modernos.

Diante dos resultados dessa pesquisa-ação, foi possível confirmarmos a hipótese lançada na parte introdutória deste estudo de que o projeto Nós Propomos constitui plataforma hábil à educação por possibilitar a consecução à cidadania, o despertar dos jovens para a participação da vida política comunitária e para a efetivação do direito às cidades sustentáveis.

Ao confirmar essa hipótese, sugerimos à Coordenação do Projeto na UFT e à SEDUC-TO intermediar novos diálogos com os Poderes Executivo e Legislativo para que estes possam viabilizar iniciativas legislativas que estimulem maior adesão das escolas públicas do ensino fundamental e médio do Tocantins à participação nas ações do projeto Nós Propomos no Tocantins.

Por fim, importante ressaltar que as parcerias intersetoriais, especialmente entre gestores públicos, universidades, escolas públicas e sociedade, podem contribuir para o acesso de todos ao direito à cidade, ao bem-estar social e ao desenvolvimento urbano sustentável.

Referências

BAZOLLI, João Aparecido; NUNES, Sérgio Claudino Loureiro; SILVA, Maria da Vitoria Costa e; VIANA, Sandra Franklin Rocha; SILVA, Wainesten Camargo. (Coord.). **A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós propomos”**. Palmas: EDUFT, 2017.

BAZOLLI, João Aparecido; SILVA, Maria da Vitoria da Costa e; SOUSA, Tatyana de Oliveira. **Extensão universitária de participação social não formal: contribuição de estudantes do ensino médio**. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa (UFMA). São Luís, v. 27, n. 1, jan./mar., 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 8 set. 2020.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva & Jeanne Sawaya, 4.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF:UNESCO, 2001.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reforma o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina, 8.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SANCHES, Jussara Romero. O direito à cidade. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 12, n. 1, p.318-321, abr. 2017. DOI: 10.5433/24122-107817-1X.2017v17n1p318. ISSN: 1980-511X. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.5433%2F1980-511x.2017v12n1p318>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANCHES, Jussara Romero; ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de. Multidimensionalidade do direito à cidade no estatuto da cidade. **Revista de Direito Urbanístico**, Cidade e Alteridade. ISSN: 2525-989X, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2017. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 63.ed. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, p.237-280, 2002.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009 &lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em: 8 ago. 2021.